

# O plano do Congresso contra a crise

Um plano de emergência para estabilizar a economia e conduzir o País por águas mais calmas até a posse do próximo presidente da República. Essa é a proposta do documento que será assinado hoje à tarde, em Brasília, pelos presidentes da Câmara, Paes de Andrade e do Senado, Nelson Carneiro, e por todos os partidos com representação no Congresso — com exceção do PT e do PDT — para ser encaminhado ao presidente Sarney.

Composto por 20 itens, o plano, que já está sendo chamado de pacto entre Congresso e governo, prevê, entre outras, as seguintes medidas:

- privatização das empresas estatais, com exceção das consideradas estratégicas;

- suspensão do pagamento da dívida externa e pagamento de taxas de juros históricos (o documento não cita a porcentagem de juros), até que o Brasil receba o "tratamento justo" dos credores internacionais;

- fim das mordomias, com extinção de cargos considerados inoperantes, vendas de veículos da frota oficial e controle de gastos nas viagens ao Exterior;

- controle e fiscalização rigorosa das remessas de lucros e de dividendos pelas multinacionais estabelecidas no País;

- diálogo semanal entre os ministros da área econômica e representantes do Congresso para acompanhamento e avaliação dos resultados das medidas aplicadas;

- liberação total dos preços para o mercado interno, com exceção dos setores considerados oligopolizados;

- suspensão por oito meses de todos os subsídios e incentivos fiscais;

- política salarial "atualizada" para os trabalhadores e pagamento para o funcionalismo público sem atrasos;

- maior rigor na cobrança de impostos e débitos fiscais;

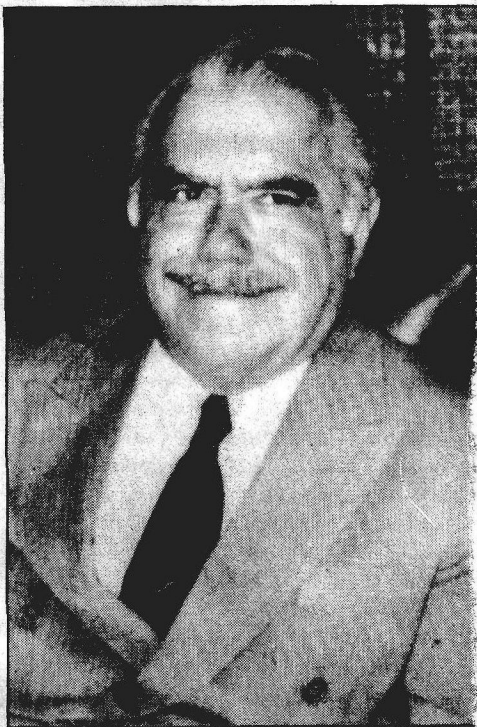
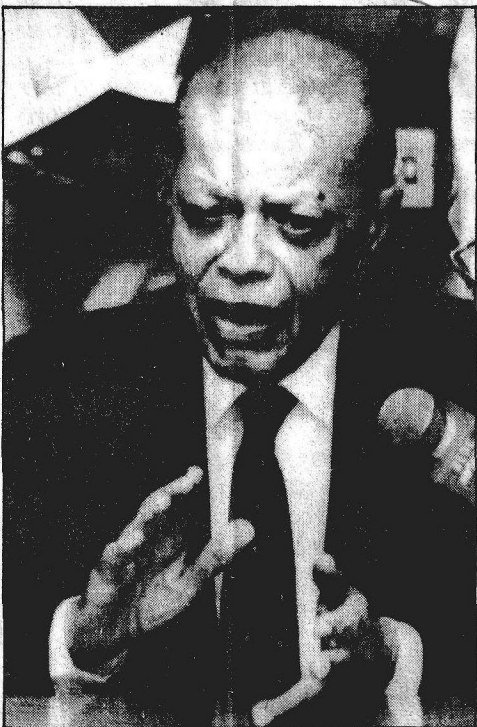
- fiscalização e punição de subfaturamento das vendas ao Exterior.

"Os itens referentes à dívida externa e à privatização não são modernos, pois limitam o espírito do capitalismo", diz o deputado Paes Landim (PFL-PI), que participou das duas últimas reuniões entre os representantes dos partidos. No entanto, garante Landim, "a entrega do documento significa um compromisso do Congresso com o governo". Ele lembra que cada processo de privatização terá de ser aprovado pelo Congresso. "Como existiu uma lei para criá-la, será preciso outra para extingui-la", explica. Para um dos parlamentares do PMDB que participou dos trabalhos, a disposição do Congresso em rediscutir a privatização das estatais "na forma da lei", conforme consta no documento, já é um avanço. "Há uma sinalização, ainda que parcial, da vontade do Congresso em aprovar regras para a privatização das estatais", opina. "Não se diz, por exemplo, que é a atual lei que vai ser levada em conta, mas que se poderá examinar outro projeto, seja do Legislativo ou do Executivo. O que se pretende é uma lei que agilize as privatizações, ao invés de complicá-las, e que se vote pela sua aplicação, afinal, em regime de urgência."

Segundo outro deputado que participou dos encontros, mas prefere não se identificar, o documento tem grandes chances de ser aceito pelo Executivo, que, a partir de agora, deverá detalhar cada uma das medidas sugeridas através da apresentação, ao Congresso, de medidas provisórias, projetos de lei ou decretos. Segundo o mesmo parlamentar, o documento não tem como objetivo adotar medidas, mas sim apresentar possíveis saídas para o País. "O recado do Congresso para o governo", diz o parlamentar, "é este: 'Tenha coragem. Proponha e nós apoiaremos.'"

A se confirmar a intenção do Congresso em participar mais ativamente da administração da economia do País, estará terminado o jogo de empurra-empurra que desde janeiro passado — com a apresentação do Plano Verão — vem dificultando o entendimento entre os dois poderes. A proposta do Congresso, contudo, não significa que as farpas de um lado e de outro cessaram.

Um outro deputado do PMDB, analisando com pragmatismo a agenda política das próximas semanas, manifesta ceticismo: "Não há tempo". Nessa frase, ele pretende resumir o moto-contínuo em que se transformou a cena brasileira: a sucessão presidencial já mobiliza os parlamentares e vem por aí outro recesso. O pacto corre, portanto, sérios riscos de não sair do papel.



Paes de Andrade e Nelson Carneiro, presidentes da Câmara e do Senado, vão assinar o documento hoje, junto com líderes de vários partidos. O plano será enviado depois a Sarney.